

URBANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO EM MINAS GERAIS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Marcelo Magalhães Godoy¹
Mario Marcos Sampaio Rodarte²

Introdução

A compreensão da conformação da economia no século XIX passa pelo estudo do modo de funcionamento do comércio, setor de atividade econômica que desempenhava a função de controlar a produção global numa economia ainda sem o domínio do setor industrial. Com vistas a atender o objetivo de apreender a esfera mercantil da economia mineira do Oitocentos, o presente estudo busca fazer a caracterização sócio-econômica do ator desse importante setor econômico, seja o comerciante fixo, seja o de tropas. Para tanto, o estudo recorre, como fontes primárias, os censos populacional e econômico de 1831/32, o maior inquérito nominativo do Brasil oitocentista. No território da Província, as unidades espaciais de análise privilegiadas para esta empresa serão 1) as regiões, diferenciadas pelos seus níveis de desenvolvimento econômico; e 2) os níveis de centralidade urbana dos distritos mineiros, que compunham a mais ampla e intrincada rede de cidades na hinterlândia brasileira da época.

Os primeiros tópicos do texto são destinados à apresentação das fontes e procedimentos metodológicos. Na seqüência, os tópicos voltados para a exposição e análise dos resultados, na seguinte ordem: atributos sócio-demográficos dos comerciantes; características dos domicílios dos comerciantes; estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais; atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões; atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos.

1. Aspectos metodológicos

1.1 As fontes: censo de 1831/32

O Censo de 1831/32, organizado sob a forma de listas nominativas de habitantes, é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional do período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro.

¹ Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq e pesquisador do *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

² Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG e Economista do DIEESE.

As unidades espaciais de informação do censo eram os distritos de paz, divididos em fogos ou domicílios. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação sócio-econômica foram informados para parcela da população. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831/32 são bastante satisfatórias, compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais.

1.2 A informação de ocupação no censo de 1831/32

A diversidade, complexidade e cobertura da informação de ocupação do censo exigem redobrada preocupação metodológica. A necessidade de entender o significado e classificar as ocupações, ainda que tarefas de grande complexidade e envergadura, normalmente são atendidas pelos pesquisadores. Mensurar a qualidade da informação de ocupação e definir metodologia para o tratamento da não-informação de ocupação, conquanto indispensáveis à utilização criteriosa e segura da documentação, freqüentemente são negligenciados pelos investigadores.

Quadro 1
Setores e subsectores

Setores e subsectores	Setores e subsectores
Agropecuária	Serviço doméstico
Agricultura	Funções públicas
Agroindústria	Civis
Pecuária	Militares
Atividades agrícolas em geral	Igreja
Mineração	Outros setores
Atividades manuais e mecânicas	Extratativismo
Artífices em madeira	Assalariados
Artífices em metais	Controle do trabalho escravo
Artífices em couros e peles	Educação
Artífices em barro	Saúde
Artífices em fibras	Transportes
Artífices em fiação e tecelagem	Outras atividades
Artífices em tecidos	Desocupados
Artífices em edificações	Deficientes, enfermos e idosos
Outros artífices	Indigentes
Comércio	Sem ocupação
Comércio fixo	Associações ocupacionais
Comércio de tropas	

Não avaliar a qualidade e não considerar a cobertura dessa variável sócio-demográfica e econômica, problemas superpostos, podem conduzir o usuário do censo de 1831/32, assim como de outros censos nominais do período, a resultados tanto mais distorcidos quanto menor for a unidade espacial analisada. O fato da informação de ocupação alcançar

² Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas

aproximadamente 40% da população recenseada impõe o estudo da não-informação de ocupação. É imperioso conhecer as características da população não coberta e ponderar o impacto dessa altíssima omissão na estrutura ocupacional. Entretanto, para além de entender o sentido da não-informação faz-se necessário mensurar a qualidade da informação de ocupação.

Com o propósito de conhecer as características da população sem dados ocupacionais e a qualidade da informação de ocupação foi desenvolvida metodologia para a classificação das listas nominativas. Tendo por base múltiplos critérios, que contemplaram a maior parte das variáveis do censo, foi estabelecida escala de pontuação que permite aferir a posição relativa de cada lista. Assim, foi possível recortar o censo de 1831/32 e constituir amostra composta de listas em que a informação de ocupação não somente é abrangente, mas também de boa qualidade. A amostra foi elaborada debaixo de rigorosa avaliação de cobertura espacial e representatividade (Godoy, 2003).

Entre sinônimos, variantes vocabulares, ocupações simples e associadas foram relacionadas milhares de designações em 1831/32. Sistematizadas e classificadas, as ocupações foram reunidas em mais de 800 unidades ocupacionais. Para o estudo da estrutura ocupacional procedeu-se a setorização desse amplo universo de ocupações (Godoy, 2003). No quadro 1 estão relacionados os setores e respectivos subsetores.

Para os resultados que incluem a variável ocupação foram definidos os setores agropecuária, mineração, atividades manuais e mecânicas e comércio. Os demais restam reunidos como outros setores, inclusive serviço doméstico, funções públicas, desocupados e associações ocupacionais. Apenas para o comércio são apresentados regularmente os resultados para os subsetores fixo (esfera da comercialização), que inclui ambulantes urbanos, e de tropas (esfera da circulação).

1.3 O espaço: regionalização da província de Minas Gerais, níveis de desenvolvimento econômico das regiões e níveis de centralidade urbana

O presente estudo analisa o setor comercial utilizando recortes espaciais originários de três estudos anteriores: A regionalização de Godoy (1996), a classificação das mesmas regiões por nível de desenvolvimento de Paiva (1996), e o estudo da conformação do arquipélago urbano de Rodarte (1999).

A proposta de regionalização adotada foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos,

econômicos, administrativos e históricos dividiu-se o espaço de Minas Gerais em 18 regiões. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996).

A classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico resultou da mensuração da importância relativa da dinâmica da produção e comércio regionais articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nessa combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Assim, foram propostos, como categorias analíticas, três níveis de desenvolvimento econômico: baixo, médio e alto (Paiva, 1996: 113/127).

O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais e a de sistemas de cidades. O emprego do método Ward de análise de cluster, utilizando dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830, censos de 1831/32 e 1838/40, e 1870, censo do Império de 1872, possibilitou apontar para a conformação da rede urbana nesses dois períodos. A análise de cluster possibilitou construir, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as funções centrais que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência (Rodarte, 1999).

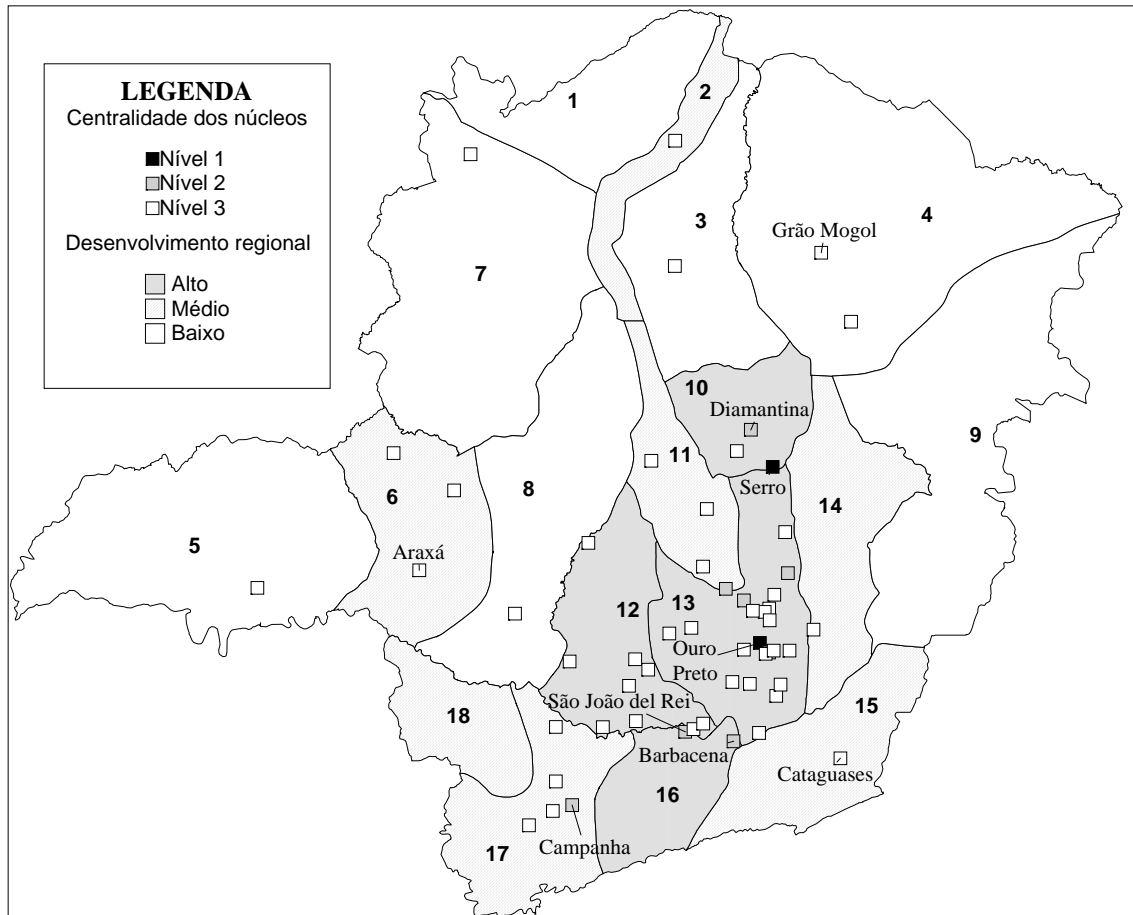
Em relação à primeira metade do século XIX, deve-se considerar a existência de uma grande correlação entre o nível de urbanização detectado, neste estudo, e o nível de desenvolvimento econômico de regiões, ou seja, uma coincidência entre as regiões mais desenvolvidas e a localização da concentração de lugares centrais em Minas (mapa 1).

Esta coincidência não é casual, já que no âmago da teoria de Christaller (1966) sobre rede de cidades, e também em Charles Tilly (1996), uma região mais urbanizada é uma região mais desenvolvida economicamente. Algumas razões para esta correlação podem ser mencionadas brevemente aqui. Nas regiões mais urbanizadas, as demandas da sociedade são mais satisfeitas via mercado que nas áreas rurais. Com isso, cria-se mais mercados para bens especializados, concentrados nos lugares centrais.

Já nas áreas mais rurais, o hábito de se consumir bens centrais é menor devido ao seu distanciamento em relação às poucas cidades próximas. A inviabilidade de se ter um nível de consumo de bens centrais semelhante ao das regiões urbanizadas se encontra, sobretudo, no custo de locomoção, envolvendo gastos de recursos e tempo. Esta impossibilidade de se consumir bens centrais resulta na substituição de tais bens por outros produzidos localmente, e, principalmente, na formação de outro padrão cultural. Nas áreas rurais, esta cultura de

recusa de consumo de bens centrais redundando em limitação do desenvolvimento dos seus lugares centrais se se tiver em conta a idéia de Walter Christaller (1966: 35) de que “*the consumption of central goods is decisive in the development of central places*”.

Mapa 1
Regionalização, Níveis de desenvolvimento e centralidade
Minas Gerais, 1831



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Trafas, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte 1999: 89 e 126).

Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

2. Setor comercial em Minas Gerais

2.1 Atributos sócio-demográficos dos comerciantes de Minas Gerais

No princípio da década de 1830, dos grandes setores ocupacionais de Minas Gerais o comércio era o que menos empregava (2,9%), superado, inclusive, pela mineração, que experimentava longo processo de retração (tabela 1). Para cada indivíduo ocupado em atividades comerciais correspondiam, aproximadamente, 13 na agropecuária e 14 em atividades manuais e mecânicas.

Duas hipóteses talvez expliquem a pouca expressão relativa do setor comercial de Minas como empregador: 1) A escassez de meio circulante, larga vigência de escambo e a ubiqüidade da produção de gêneros básicos de subsistência combinavam-se para restringir as oportunidades do pequeno comércio, cuja renda provavelmente encontrava-se próxima dos limites da subsistência; conformava-se, assim, forte desestímulo, senão impedimento, à entrada de novos indivíduos nas pequenas atividades comerciais, dada a necessidade de concorrer por restrito mercado. 2) No caso do grande comércio, que respondia por mercadorias importadas, aquelas que ultrapassavam a pauta produtiva local e/ou regional, a perspectiva de entrada no setor e apurar elevada renda estava franqueada apenas a indivíduos com capital suficiente para constituição e manutenção de grande estabelecimento; poucos tinham acesso à rede de crédito, à inserção em circuitos comerciais de longa distância e conexões com agentes e representantes na cidade do Rio de Janeiro, origem da grande maioria das mercadorias importadas pelas casas de negócio de Minas Gerais. Na mais populosa província do Império, o capital mercantil tendia a desconcentração espacial, embora vincado por pronunciados contrastes regionais e reduzida capacidade relativa de criação de oportunidades econômicas vis-à-vis outros setores ocupacionais.

De cada três indivíduos ocupados no comércio provincial, dois estavam na esfera da comercialização e um na da circulação. Essa relação confirma a desconcentração espacial e de capital do setor e a decorrente necessidade de avultado número de agentes na circulação mercantil. Eram, aproximadamente, 18 comerciantes, entre estabelecidos e em tropa, para cada mil habitantes, incluída a população com menos de 10 anos. Algo em torno de um comerciante para cada 50 habitantes.

A distribuição da população empregada nos setores por condição social evidencia certa proporcionalidade entre a participação de livres e escravos. A agropecuária e as atividades manuais e mecânicas respondiam pelos maiores contingentes absolutos e relativos de livres e cativos, embora as atividades agrícolas fossem muito mais escravistas (45,3%) do que o

artesanato (21,2%). A mineração e comércio perfaziam os menores contingentes absolutos e relativos de livres e escravos, conquanto a extração mineral fosse a menor empregadora de indivíduos livres e o mais escravista dos setores (68,9%) e o comércio, ao contrário, o maior empregador relativo de livres (88,9%) e o menos escravista dos setores.

Entretanto, o comércio de tropa apresentava expressiva participação de escravos (30,3%) e o comércio estabelecido era atividade praticamente exclusiva de indivíduos livres (97,2%). Os dados sugerem que era inconveniente o emprego de cativos em transações que envolviam dinheiro, possível reflexo da precariedade dos procedimentos contábeis da maior parte das casas de negócio. Também parece correto supor que as atividades do comércio estabelecido fossem relativamente menos exigentes de trabalho que pressupusesse considerável dispêndio de esforço físico. Ao contrário, nas casas de negócio de médio e, principalmente, grande porte é quase certo que fosse imprescindível a presença de específica categoria ocupacional: assalariado regular, detentor de conhecimentos incomuns e capaz de desempenhar atividades relativamente sofisticadas como, por exemplo, a escrituração da contabilidade do estabelecimento. Esse profissional também poderia ser recrutado entre os familiares do comerciante e sua presença tanto mais necessária se fazia quanto menos constante fosse a presença do proprietário.

A significativa presença de escravos na circulação reforça a tese da interdição da presença de cativos em atividades que pressupunham o trato direto e regular com dinheiro. Nas tropas os escravos respondiam pelos cotidianos trabalhos de condução e cuidado dos animais, carregamento e descarregamento das mercadorias nos ranchos e outras tarefas diárias. Portanto, tarefas que exigiam considerável dispêndio de esforço físico. O desempenho dessas atividades, muitas das vezes com trabalhadores livres ombreado com escravos, tendia a estar debaixo da direta supervisão dos arrieiros responsáveis e/ou proprietários das tropas.

Tabela 1 - Distribuição da população por setor ocupacional e condição, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Agropecuária	14.089	30,3	54,7	11.686	48,7	45,3	25.775	36,6	100,0
Mineração	728	1,6	31,1	1.615	6,7	68,9	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	22.822	49,1	78,8	6.146	25,6	21,2	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.800	3,9	88,9	225	0,9	11,1	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.374	3,0	97,2	40	0,2	2,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	426	0,9	69,7	185	0,8	30,3	611	0,9	100,0
Outros setores	7.034	15,1	62,0	4.316	18,0	38,0	11.350	16,1	100,0
Total	46.473	100,0	66,0	23.988	100,0	34,0	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Entre os homens livres o comércio alcançava a mais alta participação relativa (6,9%), quase que a metade do número relativo de artífices e mais do que o dobro de mineradores na

mesma categoria. O comércio de Minas Gerais era atividade eminentemente masculina e de indivíduos livres (tabela 2).

As mulheres estavam praticamente restritas ao comércio estabelecido. Confirma-se, assim, a histórica presença feminina no comércio, notadamente urbano. Às mulheres provavelmente cabia parte do pequeno comércio de víveres e aguardente, o segmento menos capitalizado e rentável do setor. Entre os escravos no comércio fixo dois terços eram mulheres, provavelmente ambulantes e pequenas vendeiras. O caráter do trabalho nas tropas interditava a participação de mulheres.

Tabela 2 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Livres									
Agropecuária	12.670	55,0	89,9	1.418	6,0	10,1	14.089	30,3	100,0
Mineração	662	2,9	90,9	66	0,3	9,1	728	1,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.445	15,0	15,1	19.377	82,6	84,9	22.822	49,1	100,0
Comércio	1.600	6,9	88,9	200	0,9	11,1	1.800	3,9	100,0
Comércio fixo	1.177	5,1	85,7	197	0,8	14,3	1.374	3,0	100,0
Comércio tropa	423	1,8	99,3	3	0,0	0,7	426	0,9	100,0
Outros setores	4.650	20,2	66,1	2.384	10,2	33,9	7.034	15,1	100,0
Total	23.027	100,0	49,5	23.445	100,0	50,4	46.473	100,0	100,0
Escravos									
Agropecuária	10.947	72,7	93,7	737	8,3	6,3	11.686	48,7	100,0
Mineração	1.503	10,0	93,1	112	1,3	6,9	1.615	6,7	100,0
Atividades manuais e mecânicas	858	5,7	14,0	5.288	59,2	86,0	6.146	25,6	100,0
Comércio	199	1,3	88,4	26	0,3	11,6	225	0,9	100,0
Comércio fixo	14	0,1	35,0	26	0,3	65,0	40	0,2	100,0
Comércio tropa	185	1,2	100,0	0	0,0	0,0	185	0,8	100,0
Outros setores	1.553	10,3	36,0	2.763	31,0	64,0	4.316	18,0	100,0
Total	15.060	100,0	62,8	8.926	100,0	37,2	23.988	100,0	100,0
População total									
Agropecuária	23.617	62,0	91,6	2.155	6,7	8,4	25.775	36,6	100,0
Mineração	2.165	5,7	92,4	178	0,5	7,6	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.303	11,3	14,9	24.665	76,2	85,1	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.799	4,7	88,8	226	0,7	11,2	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.191	3,1	84,2	223	0,7	15,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	608	1,6	99,5	3	0,0	0,5	611	0,9	100,0
Outros setores	6.203	16,3	54,7	5.147	15,9	45,3	11.350	16,1	100,0
Total	38.087	100,0	54,1	32.371	100,0	45,9	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 3 casos de não informação de sexo.

A iniciação profissional em atividades mercantis tendia a realizar-se mais tarde talvez pela exigência, no caso das casas de negócio, de atributos intelectuais e maturidade para assumir responsabilidade por mister que envolvia regular contato com dinheiro, assim como, no caso das tropas, vigor para o desempenho de tarefas que implicavam em grande dispêndio de esforço físico (tabela 3). Na faixa idade produtiva I observa-se equilíbrio entre os setores,

embora o comércio apresente o menor número relativo. Na faixa que, muito provavelmente, se encontrava a expectativa média de vida da população de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, o comércio respondia por destacado número relativo. Na idade produtiva II, a frequência de comerciantes era por volta de 30% maior do que na agropecuária e mineração e 40% mais elevada do que nas atividades manuais e mecânicas. À iniciação profissional relativamente tardia somava-se, provavelmente, a exigência da formação de capital para a entrada no setor. O acúmulo de pecúlio em outras atividades devia ser condição para o ingresso no comércio.

Tabela 3 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e faixa etária, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres										
Agropecuária	1.356	9,6	6.470	45,9	4.728	33,6	1.535	10,9	14.089	100,0
Mineração	36	4,9	255	35,0	297	40,8	140	19,2	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.964	13,0	11.620	50,9	6.662	29,2	1.576	6,9	22.822	100,0
Comércio	63	3,5	854	47,4	729	40,5	154	8,6	1.800	100,0
Comércio fixo	43	3,1	571	41,6	617	44,9	143	10,4	1.374	100,0
Comércio tropa	20	4,7	283	66,4	112	26,3	11	2,6	426	100,0
Outros setores	1.220	17,3	3.031	43,1	1.978	28,1	805	11,4	7.034	100,0
Total	5.639	12,1	22.230	47,8	14.394	31,0	4.210	9,1	46.473	100,0
Escravos										
Agropecuária	1.140	9,8	7.053	60,4	2.862	24,5	631	5,4	11.686	100,0
Mineração	119	7,4	995	61,6	414	25,6	87	5,4	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.090	17,7	3.715	60,4	1.182	19,2	159	2,6	6.146	100,0
Comércio	7	3,1	161	71,6	50	22,2	7	3,1	225	100,0
Comércio fixo	2	5,0	26	65,0	9	22,5	3	7,5	40	100,0
Comércio tropa	5	2,7	135	73,0	41	22,2	4	2,2	185	100,0
Outros setores	420	9,7	2.411	55,9	1.277	29,6	208	4,8	4.316	100,0
Total	2.776	11,6	14.335	59,8	5.785	24,1	1.092	4,6	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	2.496	9,7	13.523	52,5	7.590	29,4	2.166	8,4	25.775	100,0
Mineração	155	6,6	1.250	53,4	711	30,3	227	9,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.054	14,0	15.335	52,9	7.844	27,1	1.735	6,0	28.968	100,0
Comércio	70	3,5	1.015	50,1	779	38,5	161	8,0	2.025	100,0
Comércio fixo	45	3,2	597	42,2	626	44,3	146	10,3	1.414	100,0
Comércio tropa	25	4,1	418	68,4	153	25,0	15	2,5	611	100,0
Outros setores	1.640	14,4	5.442	47,9	3.255	28,7	1.013	8,9	11.350	100,0
Total	8.415	11,9	36.565	51,9	20.179	28,6	5.302	7,5	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição de negociantes e tropeiros pelas grandes faixas revela importante distinção na composição etária dos comércios fixo e de tropa. Enquanto dois terços dos tropeiros concentravam-se na faixa idade produtiva I, seguramente aquela que reunia os indivíduos na plenitude do vigor físico, mais da metade dos negociantes distribuíam-se pelas

faixas idade produtiva II e idosos, reiterando a tese de que a entrada no setor pressupunha acumulação prévia. A tendência de maior absorção de indivíduos jovens por parte do comércio de tropa decorria da menor complexidade dos trabalhos concernentes ao transporte de mercadorias, da exigência de responsabilidade relativamente menor, da presença de permanente supervisão por parte dos proprietários de tropa e/ou de seus prepostos e da mencionada maior necessidade de dispêndio de esforço físico. O comércio fixo, ao contrário, tendia a absorver indivíduos mais maduros, portanto aptos a assumir maiores responsabilidades, e que, provavelmente, poderiam trabalhar sem supervisão. O caráter coletivo do trabalho em tropa permitia o aprendizado no próprio transcurso das viagens, com os neófitos debaixo de regular acompanhamento e assumindo funções menos complexas.

Tabela 4 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e cor/origem, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres										
Agropecuária	6.494	46,1	985	7,0	237	1,7	6.309	44,8	14.089	100,0
Mineração	116	15,9	274	37,6	64	8,8	263	36,1	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	33,6	3.005	13,2	239	1,0	11.886	52,1	22.822	100,0
Comércio	902	50,1	97	5,4	23	1,3	768	42,7	1.800	100,0
Comércio fixo	715	52,0	61	4,4	19	1,4	569	41,4	1.374	100,0
Comércio tropa	187	43,9	36	8,5	4	0,9	199	46,7	426	100,0
Outros setores	2.010	28,6	1.169	16,6	190	2,7	3.624	51,5	7.034	100,0
Total	17.184	37,0	5.530	11,9	753	1,6	22.850	49,2	46.473	100,0
Escravos										
Agropecuária			3.750	32,1	7.165	61,3	765	6,5	11.686	100,0
Mineração			351	21,7	1.205	74,6	59	3,7	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas			3.275	53,3	1.845	30,0	1.022	16,6	6.146	100,0
Comércio			62	27,6	144	64,0	19	8,4	225	100,0
Comércio fixo			16	40,0	20	50,0	4	10,0	40	100,0
Comércio tropa			46	24,9	124	67,0	15	8,1	185	100,0
Outros setores			1.999	46,3	1.892	43,8	424	9,8	4.316	100,0
Total			9.437	39,3	12.251	51,1	2.289	9,5	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	6.494	25,2	4.735	18,4	7.402	28,7	7.074	27,4	25.775	100,0
Mineração	116	5,0	625	26,7	1.269	54,2	322	13,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	26,4	6.280	21,7	2.084	7,2	12.908	44,6	28.968	100,0
Comércio	902	44,5	159	7,9	167	8,2	787	38,9	2.025	100,0
Comércio fixo	715	50,6	77	5,4	39	2,8	573	40,5	1.414	100,0
Comércio tropa	187	30,6	82	13,4	128	20,9	214	35,0	611	100,0
Outros setores	2.010	17,7	3.168	27,9	2.082	18,3	4.048	35,7	11.350	100,0
Total	17.184	24,4	14.967	21,2	13.004	18,5	25.139	35,7	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 167 casos de não informação de cor/origem.

A presença de indivíduos brancos no comércio não encontrava paralelo nos demais setores (44,5%), evidência da existência de restrições econômicas e sociais ao acesso às

atividades mercantis de Minas Gerais (tabela 4). Também era expressivo o contingente de mestiços no comércio, somente inferior ao das atividades manuais e mecânicas. O comércio, pequeno empregador de escravos, apresentava a menor participação relativa de crioulos somados a africanos (16,1%) dentre os grandes setores ocupacionais. Esse perfil divergia diametralmente do observado para a mineração.

Apreciada somente a população escrava percebe-se certa simetria entre os setores na composição segundo a cor/origem, excetuadas as atividades manuais e mecânicas. Apenas entre os artífices o percentual de crioulos superava o de africanos, além da participação relativa de mestiços ser muito maior do que nos demais setores ocupacionais. A elevada presença de crioulos e mestiços pode indicar maior necessidade de indivíduos aculturados no processo de formação profissional em atividades manuais e mecânicas. Por outro lado, na agropecuária, mineração e comércio (de tropa) preponderava a exigência de indivíduos fisicamente mais vigorosos e menor era a necessidade por escravos aculturados.

Tabela 5 - Distribuição da população por setor ocupacional e estado conjugal, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Solteiro		Casado		Viúvo		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agropecuária	14.766	57,3	9.444	36,6	1.033	4,0	25.775	100,0
Mineração	1.758	75,0	447	19,1	60	2,6	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	15.924	55,0	10.611	36,6	1.673	5,8	28.968	100,0
Comércio	968	47,8	922	45,5	109	5,4	2.025	100,0
Comércio fixo	565	40,0	731	51,7	100	7,1	1.414	100,0
Comércio tropa	403	66,0	191	31,3	9	1,5	611	100,0
Outros setores	7.089	62,5	3.033	26,7	475	4,2	11.350	100,0
Total	40.505	57,5	24.457	34,7	3.350	4,8	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 2.149 casos de não informação do estado conjugal.

Segmentado o comércio, percebe-se que brancos e mestiços respondiam por mais de 90% dos negociantes e crioulos e africanos respondiam por mais de um terço dos tropeiros. É provável que a maior presença de brancos nas casas de negócio resultasse da combinação da histórica participação de portugueses no setor com as elevadas possibilidades de acumulação no grande comércio. O maior contingente de crioulos e africanos nas tropas explica-se pela necessidade de trabalho escravo, especialmente nas grandes caravanas de muares.

As anteriormente comentadas elevadas idades médias e participações relativas de indivíduos livres e brancos no comércio elucidam a maior proporção de casados nas atividades mercantis vis-à-vis os demais principais setores ocupacionais de Minas Gerais. No século XIX, a possibilidade de contração de matrimônio estava fortemente condicionada pela condição social e cor/origem dos indivíduos (tabela 5).

Em sintonia com esses condicionantes, as idades médias mais baixas e a maior

participação de escravos nas tropas esclarecem o menor percentual de indivíduos casados entre os tropeiros frente os negociantes. Além disso, também é preciso considerar a existência de distinções espaciais no exercício das atividades mercantis. Enquanto o negociante tendia a se fixar e criar raízes, facilitando a adoção de vínculo matrimonial, o tropeiro passava a maior parte do tempo nas estradas, muitas vezes em viagens de longo curso, dificultando ou retardando a fixação, criação de vínculos afetivos duradouros e contração de matrimônio.

2.2 Características dos domicílios dos comerciantes

Em primeiro lugar algumas definições e pressupostos. Os historiadores que utilizam listas nominativas de habitantes, como fontes para o estudo do século XIX, consideram que o primeiro indivíduo listado no fogo ou domicílio era o chefe e que os demais a ele subordinavam-se, como parentes, agregados e escravos. Essa definição raramente entra em contradição com os dados dos censos nominais oitocentistas, ao menos os de Minas Gerais. Como decorrência, convencionou-se que a ocupação do chefe era a atividade nuclear do domicílio, sendo que as demais ocupações exercidas pelos não-chefes tinham o caráter de subordinadas e associadas ou subsidiárias. Portanto, definiu-se o setor econômico central do domicílio a partir da ocupação do chefe. Considera-se também que em listas nominativas a regra é o fogo ou domicílio coincidir com a unidade de trabalho ou econômica. As exceções tendem a não ter significado estatístico suficiente para comprometer a regra.

Tabela 6 - Distribuição dos comerciantes segundo a posição no fogo, Minas Gerais, 1831/32.

Posição no fogo	Comércio fixo			Comércio de tropa			Comércio		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Chefe	981	69,9	83,8	189	30,9	16,2	1.170	58,1	100,0
Não-chefe livre	383	27,3	61,8	237	38,8	38,2	620	30,8	100,0
Cônjuge do chefe	28	2,0	96,6	1	0,2	3,4	29	1,4	100,0
Filho do chefe	50	3,6	73,5	18	2,9	26,5	68	3,4	100,0
Outros livres	305	21,7	58,3	218	35,7	41,7	523	26,0	100,0
Escravo	40	2,8	17,8	185	30,3	82,2	225	11,2	100,0
Total	1.404	100,0	69,7	611	100,0	30,3	2.015	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Excluídos 10 casos de não-informação da posição no fogo.

Pouco menos de três quintos dos comerciantes chefiavam seus domicílios. Excluídos os escravos em atividades mercantis, os comerciantes chefes eram quase dois terços (tabela 6). Essa elevada proporção evidencia que as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas na qual se inseriam os comerciantes. O percentual de cônjuges dos chefes que também se dedicavam às atividades mercantis era bastante reduzido; apenas 3,6% dos cônjuges dos 803 chefes comerciantes casados foram listados com ocupação comercial. Verifica-se que a mulher tendia muita mais a participação independente em atividades mercantis do que subordinada aos seus cônjuges.

Dos 1.170 chefes comerciantes, 133 eram mulheres, quase quatro vezes mais do que os 29 casos de cônjuges comerciantes.

Considerado o comércio nas suas expressões fixo e de tropas sobressaem importantes distinções. Excluídos os escravos em atividades mercantis, 71,9% dos negociantes chefiavam seus domicílios contra apenas 44,4% dos tropeiros. Assim, constata-se a tendência à maior independência do comércio estabelecido e a maior propensão do comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Conquanto fosse mais expressivo o número de tropeiros livres não chefes, foi listado um único caso de cônjuge em tropa, ou somente 0,7% dos 143 tropeiros casados, contra 4,4% dos 634 negociantes casados. A itinerância, com todas suas implicações, constituía-se em poderoso fator a afastar mulheres das tropas, sobretudo aquelas de elevada extração sócio-econômica. No caso dos filhos não se observa a interferência da natureza da atividade para o ingresso na atividade, dado que o percentual de filhos em tropa não era muito diferente do correspondente para o comércio fixo.

Com o objetivo de estudar as várias posições relativas do comércio nas unidades domiciliares ou de trabalho, propõe-se a seguinte tipologia:

Tipo I – Fogos com comerciante chefe, acompanhado ou não de não-chefe(s) livre(s) e/ou escravo(s) comerciante(s); comércio atividade nuclear do domicílio;

Tipo II – Fogos com não-chefe(s) livre(s) comerciante(s), acompanhado ou não de escravo(s) comerciante(s); comércio atividade subordinada e associada;

Tipo III – Fogos com escravo(s) comerciante(s); comércio atividade subsidiária;

Tipo IV – Fogos sem comerciantes.

Tabela 7 - Distribuição dos fogos com comércio segundo a posição dos comerciantes no domicílio, Minas Gerais, 1831/32.

Fogos com comerciante	Fogos com comércio fixo		Fogos com comércio de tropa		Fogos com comércio fixo e de tropas		Total de fogos com comerciantes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tipo I – chefe no comércio	953	80,3	184	52,3	33	63,5	1170	73,5
Tipo II e III – chefe em outro setor ocupacional	234	19,7	168	47,7	19	36,5	421	26,5
Total – fogos com comerciante	1.187	100,0	352	100,0	52	100,0	1591	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição dos fogos com comércio reitera a avaliação geral quanto à posição relativa das atividades mercantis realizada a partir da distribuição dos comerciantes. De fato as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas. Quase três quartos dos fogos com comércio eram chefiados por comerciantes. Consideradas em separado as formas de comércio, constata-se que mais de quatro quintos dos fogos com comércio fixo eram chefiados por negociantes, contra pouco

mais da metade dos fogos com comércio de tropa chefiados por tropeiros. Resta confirmada a tendência à maior independência do comércio estabelecido e a maior propensão do comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Nos casos em que no mesmo fogo conviviam negociantes e tropeiros o percentual de fogos chefiados por comerciantes alcançou posição intermediária, pouco mais de três quintos dos casos (tabela 7).

2.3 Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais

Somados todos os fogos com comércio (tipos I, II e III), 56,6% dos comerciantes estavam em unidades escravistas (tabela 8). Portanto, mais de 80% acima do percentual de fogos escravistas para toda a província de Minas Gerais (31,3%) ou quase o dobro da proporção para os fogos sem comerciantes (28,8%). Esses números indicam que as atividades mercantis faziam parte do núcleo dinâmico da economia mineira do século XIX. Considerados apenas os fogos chefiados por comerciantes, portanto unidades em que o comércio era a atividade central, pouco muda o percentual de domicílios escravistas (53,1%).

Embora, como foi constatado, as atividades mercantis fossem pouco empregadoras de escravos, o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos, o principal índice de riqueza e acumulação na primeira metade do Oitocentos. Conclui-se que ampla era a tendência de diversificação dos investimentos por parte dos comerciantes, que adquiriam escravos a serem empregados, preponderantemente, em outras atividades. Nos fogos tipo II, comércio posição subordinada e associada, o percentual de domicílios escravistas era ainda mais elevado (61,0%), reiteração do dinamismo econômico associado à atividade comercial.

A forte associação do exercício de atividades comerciais e a geração de renda para aquisição de escravos confirma-se também pela constatação de que, se por um lado, os fogos com comerciantes (tipos I, II e III) respondiam por 8,9% do total de domicílios da província, por outro, perfaziam 16,2 das unidades escravistas ou 82,0% mais.

Essa associação, direta ou indireta, de comércio e escravismo fica definitivamente comprovada quando se verifica que o número relativo de fogos chefiados por negociantes com escravos (52,6%) era maior do que o correspondente para tropeiros (50,5%). O negociante, pequeno empregador de escravos em sua atividade, tendia a mais frequentemente possuir escravos do que o tropeiro, que utilizava regularmente força de trabalho cativa nas tropas. Mesmo quando o comércio estava subordinado ou associado a outras atividades, a proporção de domicílios escravistas era maior entre negociantes (63,4%) do que entre tropeiros (53,1%).

Os dados da tabela 8 igualmente permitem fortalecer algumas características das formas do comércio oitocentista. Em apenas 2,7% dos fogos escravistas com comércio estabelecido

os cativos exerciam atividades mercantis sem supervisão e/ou coordenação direta de negociantes livres. Esse reduzido percentual pode estar influenciado pela maior não-informação de ocupação para escravos vis-à-vis livres nas listas nominativas do século XIX. Assim, o comércio ambulante de escravos ao ganho, característico dos grandes centros urbanos, pode estar subrepresentado no censo de 1831/32. Situação diversa observa-se para os cativos tropeiros. Em 19,9% dos fogos escravistas com comércio de tropas, os cativos trabalhavam, aparentemente, sem supervisão e/ou coordenação direta de tropeiros livres. Eram, provavelmente, tropilhas aos cuidados de escravos, feitorizados por cativos, e que realizavam pequenas viagens entre grandes unidades agrícolas e centros urbanos regionais.

Tabela 8 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e posse de escravos, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Sem escravo			Com escravo			Total		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Minas Gerais									
Tipo I – chefe	549	4,5	46,9	621	11,1	53,1	1.170	6,6	100,0
Tipo II – não-chefe livre	141	1,1	39,0	221	4,0	61,0	362	2,0	100,0
Tipo III – escravo				59	1,1	100,0	59	0,3	100,0
Tipo IV – sem comerciantes	11.573	94,4	71,2	4.688	83,9	28,8	16.261	91,1	100,0
Total	12.263	100,0	68,7	5.590	100,0	31,3	17.852	100,0	100,0
Comércio fixo									
Tipo I – chefe	452	85,1	47,4	501	76,4	52,6	953	80,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	79	14,9	36,6	137	20,9	63,4	216	18,2	100,0
Tipo III – escravo				18	2,7	100,0	18	1,5	100,0
Total	531	100,0	44,7	656	100,0	55,3	1.187	100,0	100,0
Comércio de tropa									
Tipo I – chefe	91	60,3	49,5	93	46,3	50,5	184	52,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	60	39,7	46,9	68	33,8	53,1	128	36,4	100,0
Tipo III – escravo				40	19,9	100,0	40	11,4	100,0
Total	151	100,0	42,9	201	100,0	57,1	352	100,0	100,0
Comércio fixo e de tropa									
Total	8	100,0	15,4	44	100,0	84,6	52	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Por último, salienta-se a elevada proporção de fogos escravistas quando no mesmo domicílio conviviam negociantes e tropeiros (84,6%). É muito provável que essas 44 unidades pertencessem a grandes proprietários agrícolas, que possuíam tropa própria e mantinham comércio estabelecido em centros urbanos de expressão regional, e/ou a elite mercantil de Minas Gerais, comerciantes que controlavam extensa rede de relações mercantis, proprietários de empórios comerciais e tropas que realizavam comércio de importação de mercadorias estrangeiras via praça da cidade do Rio de Janeiro, distribuía importados no interior de Minas e se incumbiam também de exportações de gêneros agrícolas para o exterior da província.

A distribuição dos fogos com escravos pelas faixas da posse permite mensurar relevantes traços da vigência do trabalho compulsório em unidades com atividades mercantis de Minas Gerais (tabela 9). Quando o comércio era a atividade nuclear do fogo (tipo I), os pequenos plantéis respondiam por mais de três quintos das posses. Quando estava subordinado ou associado e com presença de livres na atividade (tipo II), os médios e grandes plantéis perfaziam pouco menos de dois terços das posses. Quando o comércio era atividade subsidiária e com presença exclusiva de escravos na atividade (tipo III), os grandes e muito grandes plantéis totalizavam mais de três quintos das posses. Comparadas essas distribuições com a composição provincial da propriedade de escravos, percebe-se que a distribuição dos fogos chefiados por comerciantes (tipo I) era bem próxima à distribuição de todos os fogos de Minas Gerais.

Tabela 9 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos proprietários de escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 49 escravos		Muito grande 50 escravos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Minas Gerais										
Tipo I – chefe	375	60,4	191	30,8	51	8,2	4	0,6	621	100,0
Tipo II – não-chefe livre	67	30,3	73	33,0	72	32,6	9	4,1	221	100,0
Tipo III – escravo	9	15,3	13	22,0	33	55,9	4	6,8	59	100,0
Tipo IV – s/ comerciantes	2.518	53,7	1.484	31,7	652	13,9	34	0,7	4.688	100,0
Total	2.969	53,1	1.761	31,5	808	14,5	51	0,9	5.589	100,0
Comércio fixo										
Tipo I – chefe	314	62,7	158	31,5	28	5,6	1	0,2	501	100,0
Tipo II – não-chefe livre	42	30,7	47	34,3	46	33,6	2	1,5	137	100,0
Tipo III – escravo	6	31,6	8	42,1	4	21,1	1	5,3	19	100,0
Total	362	55,2	213	32,5	78	11,9	3	0,5	656	100,0
Comércio de tropa										
Tipo I – chefe	54	58,1	23	24,7	14	15,1	2	2,2	93	100,0
Tipo II – não-chefe livre	22	32,4	22	32,4	20	29,4	4	5,9	68	100,0
Tipo III – escravo	3	7,5	5	12,5	28	70,0	4	10,0	40	100,0
Total	79	39,3	50	24,9	62	30,8	10	5,0	201	100,0
Comércio fixo e de tropa										
Total	10	22,7	14	31,8	16	36,4	4	9,1	44	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Nas unidades de trabalho ou econômicas em que o comércio fixo ocupava posição central repetia-se o padrão de largo predomínio das pequenas e médias posses (94,2%). Ao que parece, o reduzido emprego de escravos nas casas de negócio e a tendência à diversificação dos investimentos combinavam com posses menores. Era um pouco distinto o quadro para as unidades em que o comércio de tropa era a atividade nuclear. Conquanto também predominassem as pequenas e médias posses, as propriedades maiores respondiam

por número relativo bem mais significativo. Os plantéis grandes e muito grandes dos fogos chefiados por tropeiros perfaziam 17,3% das posses contra apenas 5,8% para os fogos chefiados por negociantes, ou 198,3% a mais. A freqüente utilização de trabalho escravo nas tropas, principalmente as maiores, explica essa diferença.

Para os fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas ou associadas, com presença de livres (tipo II), a composição dos plantéis por faixas da posse dos domicílios com negociantes era semelhante a dos fogos com tropeiros. Porém, quando o comércio ocupava posição subsidiária e os únicos comerciantes do domicílio eram escravos (tipo III), a composição dos plantéis por faixas da posse dos fogos com negociantes era bem distinta a das unidades com tropeiros. Enquanto 73,7% dos domicílios com negociantes escravos possuíam pequenos e médios plantéis, 80,0% dos fogos com tropeiros escravos detinham grandes e muito grandes posses. No primeiro caso talvez predominavam domicílios em centros urbanos e os escravos negociantes trabalhassem como ambulantes para senhores rentistas. No segundo é provável que os cativos tropeiros vivessem em grandes unidades agrícolas que possuíam tropa própria.

Os plantéis das unidades econômicas em que conviviam negociantes e tropeiros apresentavam distribuição pelas faixas da posse condizente com a proposição que sugere tratar-se de grandes proprietários agrícolas ou membros da elite mercantil de Minas Gerais. Concentração nas posses médias e grandes (68,2%), a segunda menor participação relativa dos pequenos plantéis, apenas acima dos fogos tipo III do comércio de tropa, e a segunda maior proporção de muito grandes plantéis, também superada pelos fogos tipo III do comércio de tropas.

A distribuição dos escravos pelas faixas da posse tende a ser a melhor forma de mensurar o nível de concentração da propriedade de cativos. Enquanto os 46,0% de médios e grandes senhores da província detinham 74,0% de todos os cativos, os 53,1% de pequenos senhores respondiam por apenas 14,4% dos escravos (tabela 10). Soma-se a esse quadro o restrito acesso à propriedade de cativos, em apenas 31,3% dos fogos foram listados escravos, mais de dois terços dos domicílios não recorriam ao trabalho compulsório. A base sócio-econômica da escravidão em Minas Gerais fundava-se em parcela minoritária da população e a distribuição dos escravos caracterizava-se pela concentração em posses médias e grandes.

Assim como na distribuição dos proprietários, os fogos de tipo I apresentavam distribuição dos escravos pelas faixas da posse próxima ao da província, excetuadas as pequenas propriedades de cativos, por volta de 50% maior nos fogos chefiados por comerciantes. A composição dos plantéis dos demais fogos com comerciantes, tipos II e III,

caracterizava-se por posse de escravos bem mais concentrada. À reduzida presença de escravos em pequenos e médios plantéis correspondia elevada concentração nas grandes e muito grandes posses. Nos fogos tipo II os 30,3% de escravistas de menores posses respondiam por apenas 4,3% dos escravos contra os 4,1% de escravistas de maiores posses que perfaziam 25,8% dos cativos. Mais de 90% dos escravos dos fogos tipo III estavam concentrados nas faixas das grandes e muito grandes posses.

Segmentado o comércio, observam-se importantes distinções entre suas formas fixo e de tropa. A posse de escravos estava muito mais concentrada nos fogos chefiados por tropeiros se comparados aos chefiados por negociantes. Enquanto os 94,2% de pequenos e médios senhores negociantes possuíam 75,2% dos escravos, os 82,8% de pequenos e médios senhores tropeiros detinham apenas 30,3% dos cativos. Somente 17,3% dos grandes e muito grandes escravistas tropeiros respondiam por 69,6% de todos os cativos. Esses resultados reiteram as observações sobre a distribuição dos proprietários pelas faixas da posse. Negociantes raramente adquiriam escravos para o trabalho no comércio, compravam escravos como forma de diversificação dos investimentos e os alocavam em outras atividades. Tropeiros, especialmente os proprietários de grandes tropas, tinham necessidade, regular, de adquirir escravos; provavelmente concentravam seus investimentos em animais de tropa e força de trabalho.

Assim como na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, a composição dos escravos pelos tamanhos de plantéis dos fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas, com presença de livres (tipo II), era semelhante entre unidades com negociantes e fogos com tropeiros. Para os fogos tipo III, comércio atividade subsidiária e todos comerciantes escravos, também permanece a diferença observada na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, ou seja, maior concentração de escravos nas terceiras e quartas faixas para os fogos com tropeiros cativos do que para os fogos com escravos negociantes.

A hipótese de que os fogos com convivência de negociantes e tropeiros faziam parte das grandes propriedades agrícolas e elite mercantil de Minas Gerais é fortalecida pela distribuição dos escravos pelas faixas da posse. Para essas unidades foram observadas a mais elevada proporção de cativos na última faixa (41,6%) e a maior concentração da posse.

As médias totais de escravos por fogo reafirmam as considerações até aqui desenvolvidas. A média de escravos por domicílio chefiado por comerciantes (5,0) estava próxima da média provincial (6,3). As médias dos fogos tipos II e III (13,1 e 19,9) eram muito mais altas e resultantes da maior participação relativa de grandes unidades escravistas

agrícolas. Nesses tipos II e III era mais freqüente a típica fazenda mineira, com pauta produtiva diversificada, tropa própria e estabelecimento comercial na sede rural e/ou em estradas próximas, ou ainda em centros urbanos de expressão regional.

Todos os tipos do comércio fixo apresentavam menor média de escravos frente os tipos do comércio de tropas. De acordo com o comentado anteriormente, as médias dos tipos I e III tendiam a maior divergência em face das médias do tipo II. A média de escravos nos fogos chefiados por tropeiros era 100% maior do que a dos domicílios chefiados por negociantes, assim como a média de cativos em fogos com tropeiros exclusivamente escravos superava em mais de 150% a dos domicílios com negociantes unicamente cativos. A regular utilização de escravos como tropeiros e a maior freqüência de tropas em grandes unidades agrícolas escravistas são as razões fundamentais a explicar as acentuadas diferenças. A média de escravos nos fogos com tropeiros livres não-chefes era menos de 30% superior a dos correspondentes fogos com negociantes livres não-chefes. A média de escravos nos fogos com negociantes e tropeiros (18,3) superava largamente a média geral dos fogos com apenas tropeiros ou, principalmente, negociantes.

Tabela 10 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 49 escravos		Muito grande 50 escravos e mais		Total		Média de escravos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Minas Gerais											
Tipo I – chefe	676	21,8	1.129	36,5	848	27,4	444	14,3	3.097	100,0	5,0
Tipo II – não-chefe livre	123	4,3	497	17,2	1.527	52,8	745	25,8	2.892	100,0	13,1
Tipo III – escravo	19	1,5	90	7,2	829	66,1	317	25,3	1.255	100,0	19,1
Tipo IV – sem comerciantes	4.396	15,2	9.329	32,3	12.462	43,1	2.705	9,4	28.892	100,0	6,0
Total	5.214	14,4	11.045	30,6	15.666	43,4	4.211	11,7	36.136	100,0	6,3
Comércio fixo											
Tipo I – chefe	563	28,1	945	47,1	428	21,3	71	3,5	2.007	100,0	4,0
Tipo II – não-chefe livre	82	5,4	313	20,7	930	61,6	184	12,2	1.509	100,0	11,0
Tipo III – escravo	12	4,9	50	20,5	107	43,9	75	30,7	244	100,0	9,4
Total	657	17,5	1.308	34,8	1.465	39,0	330	8,8	3.760	100,0	5,6
Comércio de tropa											
Tipo I – chefe	97	13,0	129	17,3	238	32,0	280	37,6	744	100,0	8,0
Tipo II – não-chefe livre	34	3,6	160	16,8	440	46,2	318	33,4	952	100,0	14,0
Tipo III – escravo	7	0,7	40	4,1	692	70,5	242	24,7	981	100,0	24,4
Total	138	5,2	329	12,3	1.370	51,2	840	31,4	2.677	100,0	13,3
Comércio fixo e de tropa											
Total	23	2,9	79	9,8	369	45,7	336	41,6	807	100,0	18,3

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

3. Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões

Quanto mais elevado era o nível de desenvolvimento econômico (NDE) das regiões de Minas Gerais maior o dinamismo das atividades mercantis. As regiões com NDE baixo respondiam por 14,0% da população provincial e apenas 5,6% dos indivíduos empregados no comércio (tabela 11). As regiões com NDE médio perfaziam 35,5% da população e percentual semelhante para o comércio (31,7%). As regiões com NDE alto compreendiam metade da população (50,5%) e quase dois terços dos indivíduos em atividades mercantis (62,7%).

Tabela 11 - Distribuição da população por setor ocupacional e condição, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Regiões NDE alto									
Agropecuária	5.344	23,8	45,9	6.296	47,4	54,1	11.640	32,6	100,0
Mineração	634	2,8	38,2	1.024	7,7	61,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	12.142	54,2	78,2	3.380	25,5	21,8	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.100	4,9	86,7	169	1,3	13,3	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	771	3,4	96,5	28	0,2	3,5	799	2,2	100,0
Comércio tropa	329	1,5	70,0	141	1,1	30,0	470	1,3	100,0
Outros setores	3.188	14,2	57,0	2.404	18,1	43,0	5.592	15,7	100,0
Total	22.408	100,0	62,8	13.273	100,0	37,2	35.681	100,0	100,0
Regiões NDE médio									
Agropecuária	5.804	33,6	55,9	4.585	49,9	44,1	10.389	39,3	100,0
Mineração	93	0,5	13,6	591	6,4	86,4	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	8.607	49,9	79,1	2.276	24,8	20,9	10.883	41,1	100,0
Comércio	588	3,4	91,4	55	0,6	8,6	643	2,4	100,0
Comércio fixo	494	2,9	97,8	11	0,1	2,2	505	1,9	100,0
Comércio tropa	94	0,5	68,1	44	0,5	31,9	138	0,5	100,0
Outros setores	2.170	12,6	56,4	1.679	18,3	43,6	3.849	14,6	100,0
Total	17.262	100,0	65,3	9.186	100,0	34,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	2.941	43,2	78,5	805	52,6	21,5	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.073	30,5	80,9	490	32,0	19,1	2.563	30,8	100,0
Comércio	112	1,6	99,1	1	0,1	0,9	113	1,4	100,0
Comércio fixo	109	1,6	99,1	1	0,1	0,9	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,0	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	1.676	24,6	87,8	233	15,2	12,2	1.909	22,9	100,0
Total	6.803	100,0	81,6	1.529	100,0	18,4	8.332	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A participação relativa do comércio na estrutura ocupacional era 50% maior nas regiões com NDE alto em relação às com NDE médio (3,6% e 2,4%) e quase duas vezes maior em relação às com NDE baixo (3,6% e 1,3%). O número de comerciantes por mil habitantes decrescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (22,1%, 15,9% e 7,1%). Algo em torno de um negociante para cada 45 habitantes nas regiões com NDE alto, um para

65 nas regiões com NDE médio e um para 140 nas regiões com NDE baixo (tabela 12). Essas pronunciadas diferenças se explicam pela interferência regionalmente diferenciada daqueles fatores anteriormente mencionados: escassez de meio circulante, larga vigência de escambo e ubiquidade da produção de gêneros básicos de subsistência. As restrições à expansão das atividades mercantis, notadamente o pequeno comércio, encontravam estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões.

Tabela 12 - Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨	Nº	% ↓	% ⇨
Regiões NDE alto									
Agropecuária	10.975	56,0	94,3	664	4,1	5,7	11.640	32,6	100,0
Mineração	1.496	7,6	90,2	162	1,0	9,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.501	12,8	16,1	13.021	81,0	83,9	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.110	5,7	87,5	159	1,0	12,5	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	642	3,3	80,4	157	1,0	19,6	799	2,2	100,0
Comércio tropa	468	2,4	99,6	2	0,0	0,4	470	1,3	100,0
Outros setores	3.531	18,0	63,1	2.061	12,8	36,9	5.592	15,7	100,0
Total	19.613	100,0	55,0	16.067	100,0	45,0	35.681	100,0	100,0
Regiões NDE médio									
Agropecuária	9.156	66,2	88,1	1.231	9,8	11,8	10.389	39,3	100,0
Mineração	668	4,8	97,7	16	0,1	2,3	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.433	10,4	13,2	9.450	75,0	86,8	10.883	41,1	100,0
Comércio	584	4,2	90,8	59	0,5	9,2	643	2,4	100,0
Comércio fixo	447	3,2	88,5	58	0,5	11,5	505	1,9	100,0
Comércio tropa	137	1,0	99,3	1	0,0	0,7	138	0,5	100,0
Outros setores	1.997	14,4	51,9	1.852	14,7	48,1	3.849	14,6	100,0
Total	13.838	100,0	52,3	12.608	100,0	47,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	3.486	75,2	93,1	260	7,0	6,9	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	369	8,0	14,4	2.194	59,4	85,6	2.563	30,8	100,0
Comércio	105	2,3	92,9	8	0,2	7,1	113	1,4	100,0
Comércio fixo	102	2,2	92,7	8	0,2	7,3	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,1	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	675	14,6	35,4	1.234	33,4	64,6	1.909	22,9	100,0
Total	4.636	100,0	55,6	3.696	100,0	44,4	8.332	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 3 casos de não informação de sexo.

O comércio fixo preponderava nas regiões de todos os níveis de desenvolvimento econômico em relação ao comércio de tropa. Entretanto, o comércio de tropa era muito mais vigoroso nas regiões com NDE alto em face das regiões com NDE médio e baixo (37,0%, 21,5% e 2,7%). Mais de três quartos dos agentes mercantis de Minas Gerais envolvidos com a circulação de mercadorias eram originários das regiões com NDE alto. A insignificante presença de tropeiros nas regiões com NDE baixo (0,5%) e a relativamente pequena nas

regiões com NDE médio (22,6%) constituem robusta evidência de que agentes da circulação das regiões com NDE alto (76,9%) controlavam significativa parcela das atividades de importação e exportação das regiões com NDE médio e baixo.

Dado o fato anteriormente constatado de que a grande maioria dos escravos em atividades mercantis estava no comércio de tropa e que esses cativos tendiam a concentrar-se nas maiores caravanas de muares, responsáveis pelos fluxos comerciais interregionais e interprovinciais, ganha maior consistência à tese de que as regiões com NDE alto controlavam significativa parcela do comércio externo das regiões com NDE médio e baixo. A presença de escravos no comércio era tanto mais expressiva quanto maior o nível de desenvolvimento econômico das regiões (13,3%, 8,6% e 0,9%).

Tabela 13 - Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Regiões NDE alto										
Agropecuária	2.377	20,4	2.309	19,8	4.294	36,9	2.604	22,4	11.640	100,0
Mineração	81	4,9	476	28,7	813	49,0	277	16,7	1.658	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.198	20,6	3.888	25,0	1.228	7,9	7.198	46,4	15.522	100,0
Comércio	509	40,1	124	9,8	127	10,0	507	40,0	1.269	100,0
Comércio fixo	369	46,2	56	7,0	29	3,6	343	42,9	799	100,0
Comércio tropa	140	29,8	68	14,5	98	20,9	164	34,9	470	100,0
Outros setores	850	15,2	1.690	30,2	1.293	23,1	1.734	31,0	5.592	100,0
Total	7.015	19,7	8.487	23,8	7.755	21,7	12.320	34,5	35.681	100,0
Regiões NDE médio										
Agropecuária	3.073	29,6	1.823	17,5	2.744	26,4	2.747	26,4	10.389	100,0
Mineração	35	5,1	148	21,6	456	66,7	45	6,6	684	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.603	33,1	1.933	17,8	745	6,8	4.596	42,2	10.883	100,0
Comércio	332	51,6	33	5,1	38	5,9	234	36,4	643	100,0
Comércio fixo	286	56,6	19	3,8	9	1,8	185	36,6	505	100,0
Comércio tropa	46	33,3	14	10,1	29	21,0	49	35,5	138	100,0
Outros setores	754	19,6	1.096	28,5	713	18,5	1.283	33,3	3.849	100,0
Total	7.797	29,5	5.033	19,0	4.696	17,8	8.905	33,7	26.448	100,0
Regiões NDE baixo										
Agropecuária	1.044	27,9	603	16,1	364	9,7	1.723	46,0	3.746	100,0
Mineração		0,0	1	100,0		0,0		0,0	1	100,0
Atividades manuais e mecânicas	861	33,6	459	17,9	111	4,3	1.114	43,5	2.563	100,0
Comércio	61	54,0	2	1,8	2	1,8	46	40,7	113	100,0
Comércio fixo	60	54,5	2	1,8	1	0,9	45	40,9	110	100,0
Comércio tropa	1	33,3		0,0	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Outros setores	406	21,3	382	20,0	76	4,0	1.031	54,0	1.909	100,0
Total	2.372	28,5	1.447	17,4	553	6,6	3.914	47,0	8.332	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 167 casos de não informação de cor/origem.

A participação feminina em atividades comerciais guardava estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões. Quanto maior o dinamismo econômico, mais expressiva a

presença de mulheres no comércio. As regiões com NDE médio apresentavam contingente feminino no comércio 29,6% maior do que as com NDE baixo. O número relativo de mulheres em atividades comerciais nas regiões com NDE alto era 35,9% mais elevado do que nas com NDE médio. Enquanto as regiões com NDE médio e baixo respondiam juntas por menos de um terço das comerciantes de Minas Gerais, as regiões com NDE alto perfaziam quase que três quartos.

Considerado apenas o comércio fixo, subsetor em que a presença feminina era historicamente importante, mais acentuadas eram as variações entre os níveis de desenvolvimento econômico. O mais pujante processo de urbanização e a mais extensa e complexa rede urbana das regiões com NDE alto (Paiva, 1996: 117) permitiram maior florescimento das atividades mercantis desempenhadas por mulheres. Nas regiões com NDE alto a participação feminina no comércio estabelecido era 70,4% maior do que nas regiões com NDE médio e 168,5% mais elevada do que nas com NDE baixo.

A composição dos comerciantes pela cor/origem variava segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais (tabela 13). Enquanto a participação de indivíduos brancos no comércio crescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (40,1%, 51,6% e 54,0%), movimento oposto observava-se para crioulos somados a africanos, decréscimo das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (19,8%, 11,0% e 3,6%). Essas variações ganham sentido se considerados dois fatores: 1) dado o relativo equilíbrio entre os percentuais de mestiços para todos os níveis de desenvolvimento econômico, quanto maior fosse a presença de escravos menor seria a participação de brancos na composição segundo a cor/origem; logo, o anteriormente verificado decréscimo da participação de escravos entre comerciantes, das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo, refletia na participação de brancos na composição por cor/origem. 2) o maior vigor do pequeno comércio urbano e de estrada nas regiões com NDE alto em relação às regiões com NDE médio e baixo abria maiores oportunidades para o estabelecimento de diminutas casas de negócio, unidades comerciais acessíveis a indivíduos de poucos recursos, inclusive africanos e crioulos livres.

4. Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos

Não era perfeita a relação entre a proporção de comerciantes na população total e o nível de centralidade (NC), embora nos distritos com NC alto³ a participação do comércio fosse maior do que nos distritos com NC médio e baixo (3,4%, 2,6% e 3,0%). A maior

³ Deve-se considerar que Ouro Preto e Serro, as localidades com centralidade maior (Nível 1), tiveram suas listas nominativas não incluídas na amostra, feita segundo critério de qualidade das informações ocupacionais. Por

expressão da participação relativa das atividades mercantis nos distritos com NC baixo em relação aos distritos com NC médio decorria da mais elevada proporção de tropeiros nas localidades com NC baixo, visto que a participação relativa do comércio estabelecido era mais alta nas localidades com NC médio (tabela 14).

Conquanto fosse semelhante a participação relativa do comércio na estrutura ocupacional dos três níveis de centralidade, são observáveis pronunciadas distinções na composição segundo a natureza das atividades mercantis. Nos distritos com NC alto os tropeiros perfaziam apenas 17,5% dos comerciantes, nos distritos com NC médio respondiam por 27,7% e nos distritos com NC baixo totalizavam 38,6%. Dado que quanto maior o nível de centralidade menor a participação relativa do comércio de tropas, conclui-se que o comércio fixo era índice mais sensível da posição relativa dos distritos na hierarquia de centralidade da província de Minas Gerais.

Sugere-se a hipótese de que parcela considerável dos proprietários de caravanas de muares, tropeiros ou empresários de tropa, tendiam a fixar residência em distritos com NC médio e, principalmente, baixo, desde que geograficamente próximos de distritos com NC alto, cujos espaços urbanos coincidiam com a origem e destino dos principais fluxos comerciais, notadamente os de longa distância. A pequena dimensão relativa da área rural dos distritos com NC alto e a maior concorrência pela utilização da terra combinavam-se com a maior disponibilidade de pastos para criação de muares nas áreas rurais dos distritos com NC médio e, principalmente, baixa.

A composição dos comerciantes por condição reafirma a posição relativa dos distritos segundo o nível de centralidade. A tendência geral do comércio de tropa empregar mais escravos do que o comércio fixo refletia no maior percentual de cativos nas atividades mercantis dos distritos com NC baixo (11,6%) *vis-à-vis* os distritos com NC médio (9,9%) e na semelhança com relação ao percentual dos distritos com NC alto (12,1%). Entretanto, verifica-se que quanto maior o nível de centralidade mais elevada era a participação relativa de escravos nas casas de negócio (5,6%, 1,9% e 1,7%) e tropas (42,9%, 30,6% e 27,2%). Infere-se que a capacidade e necessidade dos comerciantes de Minas Gerais adquirirem escravos articulavam-se com o nível de centralidade dos distritos.

Aventa-se a hipótese de que nos distritos com NC alto era mais pronunciada a concentração relativa de grandes casas de negócio, com maior número médio de empregados por estabelecimento e a decorrente necessidade de trabalho escravo (atividades menos complexas que exigiam maior

isso, são analisadas apenas as centralidades de Nível 2, a mais elevada, 3 e 4. Todavia, vale mencionar que o setor comercial em Ouro Preto e Serro, absorviam 16,0% da população adulta com declaração de ocupação.

dispêndio de esforço físico). Também nos distritos com NC alto eram mais amplas as oportunidades de alocar escravos no comércio ambulante urbano (escravos ao ganho), assim como maior a concentração relativa de grandes tropas, responsáveis pela circulação em longas distâncias (comércio interregional e interprovincial) com elevado emprego relativo de cativos. Nos distritos com NC médio e baixo menor era a presença de estabelecimentos comerciais de grande porte, menores as oportunidades para o comércio ambulante, além de concentrarem as tropas de pequeno e médio porte, responsáveis pela circulação em curtas e médias distâncias (comércio interregional e intraregional) com menor emprego relativo de cativos.

Tabela 14 - Distribuição da população por setor ocupacional e condição, distritos por nível de centralidade (NC) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	% ↓	% ⇒	Nº	% ↓	% ⇒	Nº	% ↓	% ⇒
Distritos NC alto									
Agropecuária	1.564	18,2	45,9	1.843	33,7	54,1	3.407	24,2	100,0
Mineração	220	2,6	24,2	690	12,6	75,8	910	6,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.934	57,3	78,9	1.320	24,1	21,1	6.254	44,4	100,0
Comércio	421	4,9	87,9	58	1,1	12,1	479	3,4	100,0
Comércio fixo	373	4,3	94,4	22	0,4	5,6	395	2,8	100,0
Comércio tropa	48	0,6	57,1	36	0,7	42,9	84	0,6	100,0
Outros setores	1.466	17,0	48,4	1.565	28,6	51,6	3.031	21,5	100,0
Total	8.605	100,0	61,1	5.476	100,0	38,9	14.081	100,0	100,0
Distritos NC médio									
Agropecuária	4.795	30,9	61,1	3.059	45,8	38,9	7.854	35,4	100,0
Mineração	302	1,9	38,5	482	7,2	61,5	784	3,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.026	45,3	80,3	1.723	25,8	19,7	8.749	39,5	100,0
Comércio	521	3,4	90,1	57	0,9	9,9	578	2,6	100,0
Comércio fixo	410	2,6	98,1	8	0,1	1,9	418	1,9	100,0
Comércio tropa	111	0,7	69,4	49	0,7	30,6	160	0,7	100,0
Outros setores	2.860	18,4	67,9	1.351	20,2	32,1	4.211	19,0	100,0
Total	15.504	100,0	69,9	6.672	100,0	30,1	22.176	100,0	100,0
Distritos NC baixo									
Agropecuária	7.059	34,3	52,2	6.476	57,7	47,8	13.535	42,5	100,0
Mineração	206	1,0	31,7	443	3,9	68,3	649	2,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	10.438	50,7	77,9	2.969	26,4	22,1	13.407	42,1	100,0
Comércio	842	4,1	88,4	110	1,0	11,6	952	3,0	100,0
Comércio fixo	575	2,8	98,3	10	0,1	1,7	585	1,8	100,0
Comércio tropa	267	1,3	72,8	100	0,9	27,2	367	1,2	100,0
Outros setores	2.051	10,0	62,5	1.233	11,0	37,5	3.284	10,3	100,0
Total	20.596	100,0	64,7	11.231	100,0	35,3	31.827	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Ainda que os comerciantes do sexo masculino fossem majoritários em todos os níveis de centralidade, nota-se que a participação relativa das mulheres no comércio era pronunciadamente menor nos distritos com NC baixo (8,0%). Já a diferença entre o percentual de comerciantes do sexo feminino nos distritos com NC médio (14,7%) em relação aos distritos com NC alto (12,9%) era de pequena expressão (tabela 15). Uma hipótese plausível

sustenta-se nas determinações do nível de urbanização relativo dos distritos de Minas Gerais.

Considerada a perfeita coincidência entre o nível de centralidade e o grau de urbanização, aventa-se a tese de que nos distritos com NC baixo o vigor reduzido do urbano restringia o espaço para o comércio estabelecido, que tendia à concentração, e diminuía as oportunidades para as mulheres, historicamente associadas ao pequeno comércio. Nos distritos com NC médio e alto, portanto com maior grau de urbanização, mais amplas seriam as oportunidades para as atividades mercantis desempenhadas por mulheres. Essa relação entre grau de urbanização e vigor da participação das mulheres no comércio não era linear. Nos distritos com NC alto, portanto maior pujança relativa do urbano, a participação feminina no comércio reduzia-se em relação aos distritos com NC médio em função da maior presença de grandes casas de negócio, expressão de concentração mercantil (distinta da vigente nos distritos com NC baixo), que tendiam a afetar negativamente o pequeno comércio (aguardente e molhados).

Tabela 15 - Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, distritos por nível de centralidade (NC) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	% ↓	% ⇒	Nº	% ↓	% ⇒	Nº	% ↓	% ⇒
Distritos NC alto									
Agropecuária	3.064	41,7	89,9	342	5,1	10,0	3.407	24,2	100,0
Mineração	872	11,9	95,8	38	0,6	4,2	910	6,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.216	16,5	19,4	5.038	74,9	80,6	6.254	44,4	100,0
Comércio	417	5,7	87,1	62	0,9	12,9	479	3,4	100,0
Comércio fixo	333	4,5	84,3	62	0,9	15,7	395	2,8	100,0
Comércio tropa	84	1,1	100,0		0,0	0,0	84	0,6	100,0
Outros setores	1.781	24,2	58,8	1.250	18,6	41,2	3.031	21,5	100,0
Total	7.350	100,0	52,2	6.730	100,0	47,8	14.081	100,0	100,0
Distritos NC médio									
Agropecuária	7.203	59,3	91,7	650	6,5	8,3	7.854	35,4	100,0
Mineração	709	5,8	90,4	75	0,7	9,6	784	3,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.571	12,9	18,0	7.178	71,6	82,0	8.749	39,5	100,0
Comércio	493	4,1	85,3	85	0,8	14,7	578	2,6	100,0
Comércio fixo	336	2,8	80,4	82	0,8	19,6	418	1,9	100,0
Comércio tropa	157	1,3	98,1	3	0,0	1,9	160	0,7	100,0
Outros setores	2.173	17,9	51,6	2.038	20,3	48,4	4.211	19,0	100,0
Total	12.149	100,0	54,8	10.026	100,0	45,2	22.176	100,0	100,0
Distritos NC baixo									
Agropecuária	12.427	71,6	91,8	1.107	7,6	8,2	13.535	42,5	100,0
Mineração	584	3,4	90,0	65	0,4	10,0	649	2,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.458	8,4	10,9	11.949	82,6	89,1	13.407	42,1	100,0
Comércio	876	5,0	92,0	76	0,5	8,0	952	3,0	100,0
Comércio fixo	509	2,9	87,0	76	0,5	13,0	585	1,8	100,0
Comércio tropa	367	2,1	100,0	0	0,0	0,0	367	1,2	100,0
Outros setores	2.010	11,6	61,2	1.274	8,8	38,8	3.284	10,3	100,0
Total	17.355	100,0	54,5	14.471	100,0	45,5	31.827	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 3 casos de não informação de sexo.

Percebe-se estreita correlação entre o nível de centralidade dos distritos de Minas Gerais e a composição dos comerciantes pelas grandes faixas etárias (tabela 16). A participação de crianças no comércio decrescia na medida que diminuía o nível de centralidade (5,0%, 3,6% e 2,4%). Provavelmente, quanto maior a centralidade mais elevada à presença relativa de grandes estabelecimentos, aqueles que funcionavam com número dilatado de funcionários e abriam a possibilidade de precoce formação profissional supervisionada. Nessas grandes casas de negócio devia vigorar incipiente divisão etária do trabalho, com os pequenos *caixeiros* respondendo por parte das atividades mercantis.

A participação de idosos no comércio decrescia na medida que diminuía o nível de centralidade (10,4%, 8,3% e 6,4%). Aventa-se hipótese de dois padrões de reprodução do comércio em Minas Gerais: 1) Em grandes centros urbanos (distritos com NC alto e médio) a dilatada dimensão relativa do mercado consumidor abriria maiores possibilidades de expansão do número de estabelecimentos em padrão intra-familiar; parentes, sobretudo filhos, iniciavam-se na atividade mercantil nos estabelecimentos matrizes e, posteriormente, abriam estabelecimentos próprios subordinados, filiais, ou independentes. 2) Em pequenos centros urbanos (distritos com NC médio e baixo) a reduzida dimensão relativa do mercado consumidor restringiria a possibilidade de expansão no padrão dos grandes centros urbanos e, como conseqüência, comerciantes adultos e idosos eram freqüentemente substituídos por outros adultos, mais jovens, que adentravam mais tarde na atividade. Quanto menores a complexidade e magnitude das atividades comerciais mais rápida e tardia a habilitação profissional.

Quanto menor fosse o nível de centralidade maior seria a participação de comerciantes na grande faixa etária idade produtiva I (43,8%, 47,8% e 54,8%). Quanto menor fosse o nível de centralidade menor seria a participação de comerciantes na grande faixa etária idade produtiva II (40,7%, 40,3% e 36,3%). Esses resultados combinam com as hipóteses apresentadas para crianças e idosos, na medida que evidenciam a tendência dos comerciantes de pequenos centros urbanos (distritos com NC médio e baixo) em iniciar mais tarde e sair mais cedo das atividades mercantis, assim como os comerciantes dos grandes centros urbanos (distritos com NC alto e médio) tendiam a iniciação relativamente precoce e maior tempo de permanência nas atividades mercantis. Essas ilações permanecem válidas mesmo quando examinado apenas o comércio estabelecido, que empregava reduzidos números absoluto e relativo de escravos, portanto subsector livre da possível influência que o seletivo tráfico de escravos poderia ocasionar na estrutura etária.

A composição por cor/origem dos comerciantes segundo os níveis de centralidade

coaduna-se com a hipótese apresentada de que o nível de centralidade correlacionava-se com o grau de urbanização, patamar de concentração das atividades mercantis, vigor do pequeno comércio e participação de mulheres no setor. Desde o século XVIII, mulheres de baixa extração sócio-econômica, portanto não-brancas, participavam do pequeno comércio urbano estabelecido e ambulante de Minas Gerais.

Tabela 16 - Distribuição da população por setor ocupacional e faixa etária, distritos por nível de centralidade (NC) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distritos NC alto										
Agropecuária	334	9,8	1.699	49,9	1.016	29,8	358	10,5	3.407	100,0
Mineração	66	7,3	525	57,7	255	28,0	64	7,0	910	100,0
Atividades manuais e mecânicas	861	13,8	3.262	52,2	1.710	27,3	421	6,7	6.254	100,0
Comércio	24	5,0	210	43,8	195	40,7	50	10,4	479	100,0
Comércio fixo	21	5,3	153	38,7	175	44,3	46	11,6	395	100,0
Comércio tropa	3	3,6	57	67,9	20	23,8	4	4,8	84	100,0
Outros setores	480	15,8	1.427	47,1	878	29,0	246	8,1	3.031	100,0
Total	1.765	12,5	7.123	50,6	4.054	28,8	1.139	8,1	14.081	100,0
Distritos NC médio										
Agropecuária	743	9,5	4.040	51,4	2.382	30,3	689	8,8	7.854	100,0
Mineração	61	7,8	336	42,9	287	36,6	100	12,8	784	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.195	13,7	4.540	51,9	2.448	28,0	566	6,5	8.749	100,0
Comércio	21	3,6	276	47,8	233	40,3	48	8,3	578	100,0
Comércio fixo	15	3,6	167	40,0	192	45,9	44	10,5	418	100,0
Comércio tropa	6	3,8	109	68,1	41	25,6	4	2,5	160	100,0
Outros setores	645	15,3	2.000	47,5	1.139	27,0	427	10,1	4.211	100,0
Total	2.665	12,0	11.192	50,5	6.489	29,3	1.830	8,3	22.176	100,0
Distritos NC baixo										
Agropecuária	1.314	9,7	7.316	54,1	3.891	28,7	1.014	7,5	13.535	100,0
Mineração	28	4,3	389	59,9	169	26,0	63	9,7	649	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.875	14,0	7.239	54,0	3.587	26,8	706	5,3	13.407	100,0
Comércio	23	2,4	522	54,8	346	36,3	61	6,4	952	100,0
Comércio fixo	7	1,2	270	46,2	254	43,4	54	9,2	585	100,0
Comércio tropa	16	4,4	252	68,7	92	25,1	7	1,9	367	100,0
Outros setores	311	9,5	1.649	50,2	1.024	31,2	300	9,1	3.284	100,0
Total	3.551	11,2	17.115	53,8	9.017	28,3	2.144	6,7	31.827	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A participação relativa de comerciantes brancos nos distritos com NC baixo (48,6%) superava a dos distritos com NC médio e alto (39,8% e 42,0%). Por outro lado, a proporção de comerciantes mestiços nos distritos com NC médio e alto (42,0% e 41,8%) sobrepujava a dos distritos com NC baixo (35,4%). Sugere-se a hipótese de que essas distinções explicam-se, ao menos em parte, pela maior presença relativa de mulheres no comércio dos distritos com NC médio e alto (tabela 17). Essa tese ganha mais robustez quando examinado o subsetor comércio fixo. Dada a pequena participação de escravos no comércio estabelecido,

os negociantes crioulos e africanos nesse subsetor muito provavelmente eram livres e, segundo a hipótese aventada, do sexo feminino. A participação de crioulos somados a africanos no comércio estabelecido dos distritos com NC médio e alto (9,1% e 10,4%) era bem mais significativa do que nos distritos com NC baixo (6,1%).

Tabela 17 - Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, distritos por nível de centralidade (NC) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distritos NC alto										
Agropecuária	655	19,2	861	25,3	1.115	32,7	774	22,7	3.407	100,0
Mineração	41	4,5	188	20,7	571	62,7	110	12,1	910	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.095	17,5	1.628	26,0	452	7,2	3.076	49,2	6.254	100,0
Comércio	201	42,0	45	9,4	31	6,5	200	41,8	479	100,0
Comércio fixo	190	48,1	28	7,1	13	3,3	162	41,0	395	100,0
Comércio tropa	11	13,1	17	20,2	18	21,4	38	45,2	84	100,0
Outros setores	441	14,5	1.016	33,5	748	24,7	825	27,2	3.031	100,0
Total	2.433	17,3	3.738	26,5	2.917	20,7	4.985	35,4	14.081	100,0
Distritos NC médio										
Agropecuária	1.788	22,8	1.489	19,0	1.754	22,3	2.781	35,4	7.854	100,0
Mineração	45	5,7	258	32,9	359	45,8	111	14,2	784	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.207	25,2	1.875	21,4	554	6,3	4.086	46,7	8.749	100,0
Comércio	230	39,8	48	8,3	50	8,7	243	42,0	578	100,0
Comércio fixo	198	47,4	25	6,0	13	3,1	175	41,9	418	100,0
Comércio tropa	32	20,0	23	14,4	37	23,1	68	42,5	160	100,0
Outros setores	715	17,0	1.034	24,6	663	15,7	1.765	41,9	4.211	100,0
Total	4.985	22,5	4.704	21,2	3.380	15,2	8.986	40,5	22.176	100,0
Distritos NC baixo										
Agropecuária	3.787	28,0	2.160	16,0	4.416	32,6	3.149	23,3	13.535	100,0
Mineração	30	4,6	179	27,6	339	52,2	101	15,6	649	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.214	31,4	2.637	19,7	1.064	7,9	5.489	40,9	13.407	100,0
Comércio	463	48,6	65	6,8	86	9,0	337	35,4	952	100,0
Comércio fixo	319	54,5	23	3,9	13	2,2	229	39,1	585	100,0
Comércio tropa	144	39,2	42	11,4	73	19,9	108	29,4	367	100,0
Outros setores	611	18,6	939	28,6	639	19,5	1.094	33,3	3.284	100,0
Total	9.105	28,6	5.980	18,8	6.544	20,6	10.170	32,0	31.827	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 167 casos de não informação de cor/origem.

Considerações finais

O pequeno número de comerciantes sugere uma atividade econômica concentrada *vis-à-vis* os demais setores de atividade, embora se tenha uma atividade relativamente bem difundida no território da província. Com isso, pode-se conjecturar que a natureza concentradora da atividade mercantil encontrava suas limitações nas distâncias entre as muitas localidades, componentes de uma das maiores redes de cidades brasileiras do período. Parte expressiva do setor comercial era voltado para a transposição dessas distâncias, pois, de cada três indivíduos ocupados no comércio, dois estavam na comercialização e um na circulação

O comércio era o maior empregador relativo de indivíduos livres e o menos escravista dos setores, embora no comércio de tropa fosse significativa a participação de escravos frente à praticamente exclusiva atuação de livres no comércio estabelecido. Considerados apenas os fogos chefiados por comerciantes, portanto, unidades em que o comércio era a atividade central, mais da metade dos domicílios era escravista. Embora as atividades mercantis fossem pouco empregadoras de escravos, o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos. A estrutura dos posse de escravos e tamanho médio dos plantéis de escravos são indícios do poder econômico dessa atividade econômica.

Denota poder econômico da atividade comercial e prestígio social, também, alguns atributos pessoais dos comerciantes. O comércio de Minas Gerais era atividade eminentemente masculina. Dentre os grandes setores, o comércio apresentava a maior participação de indivíduos em faixa de idade produtiva avançada e a mais elevada idade média. A presença de indivíduos brancos no comércio não encontrava paralelo nos demais setores, o contingente de mestiços também era significativo, mas a participação de crioulos e africanos era bastante reduzida, e mais circunscrita a atividades tropeiras. No comércio estava a maior proporção de casados *vis-à-vis* os demais principais setores ocupacionais de Minas Gerais.

Quanto mais elevado o nível de desenvolvimento econômico das regiões maior o dinamismo das atividades mercantis. O comércio fixo preponderava nas regiões de todos os níveis de desenvolvimento econômico em relação ao comércio de tropa. Entretanto, o comércio de tropa era muito mais vigoroso nas regiões com NDE alto em face das regiões com NDE médio e baixo. A presença de escravos no comércio era tanto mais expressiva quanto maior o nível de desenvolvimento econômico das regiões.

A análise conjunta do setor mercantil por níveis de desenvolvimento e níveis de centralidade permite dizer que, se o setor comercial estava mais concentrado nas regiões mais desenvolvidas, os comerciantes também estavam mais presentes nas regiões em que a “rede de cidades” era mais densa, e onde se localizavam os núcleos de maior centralidade, dada a correlação espacial entre desenvolvimento e centralidade (Mapa 1). Apesar disso, não era perfeita a relação entre a proporção de comerciantes na população total e o nível de centralidade, embora nos distritos com NC mais elevado a participação do comércio fosse maior do que nos distritos com NC médio e baixo. De fato, como foi mostrado, havia menos uma diferenciação quantitativa que qualitativa por NC. Quanto maior o nível de centralidade menor a participação relativa do comércio de tropas em face do fixo. Entretanto, quanto maior o nível de centralidade mais elevada era a participação relativa de escravos nas casas de

negócio e em tropas. Tais diferenciações possibilitam supor uma divisão de funções entre comerciantes por NC. Nos lugares mais centrais estariam os comerciantes pertencentes às casas de negócios mais sofisticadas, adaptadas para o atendimento maior e mais variado, enquanto que nas localidades de menor centralidade, estariam comerciantes voltados para o intercâmbio comercial com esses grandes centros, levando os produtos feitos localmente e, em troca, trazendo produtos diversos dos grandes estabelecimentos.

Referências bibliográficas

- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHRISTALLER, Walter. Central Places in Southern Germany. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1966.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães. A informação de ocupação nos censos nominais da província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. Relatório de Pesquisa.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço, uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. Texto para discussão nº.109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira Oitocentista”. Em: História quantitativa e serial no Brasil: um balanço, pp. 351/430. Trabalhos apresentados no I Seminário de História Quantitativa e Serial, Ouro Preto, 2000. Goiânia: Anpuh/MG, 2001.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Uma província artesã: o universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do Oitocentos”. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP (cd-rom). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Roberto B. e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “As exportações de Minas Gerais no século XIX”. Em: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 58. Belo Horizonte: 1984.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Texto para discussão Nº.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MENESES, José Newton Coelho. “Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII”. Anais do IX Seminário sobre a economia mineira, pp. 123 a 146. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. “Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. Em: História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Tese de doutorado.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. A Pertinácia das Minas que não se esgotaram. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O setor exportador e comércio em Minas Gerais, pelos viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995. Monografia de bacharelado.
- SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Cadernos IFCH Nº.17. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.
- TILLY, Charles. Coerção, capital e estados europeus. Trad. port., São Paulo: Edusp, 1996.
- ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990.